

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

BÁRBARA COLOGNESI DE GODOI

O LIVRO DOS MORTOS: ETERNIDADE E MEMÓRIA NO EGITO ANTIGO
DURANTE O NOVO IMPÉRIO

UBERLÂNDIA
SETEMBRO DE 2025

BÁRBARA COLOGNESI DE GODOI

**O LIVRO DOS MORTOS: ETERNIDADE E MEMÓRIA NO EGITO ANTIGO
DURANTE O NOVO IMPÉRIO**

Monografia apresentada ao Instituto de História
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em História

**Orientador: Prof^a. Dra. Ivete Batista da
Silva Almeida**

**UBERLÂNDIA
SETEMBRO DE 2025**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1. Análise Geral do Livro dos Mortos	5
1.2. Tradição Africana	9
1.3. História e Memória	11
2. ANTIGO EGITO.....	13
2.1. Geografia	13
2.2. Período Arcaico (3.200 a 2.900 a.C.).....	15
2.3. O Antigo Império (2.900 a 2.280 a.C.).....	18
2.4. Primeiro Período Intermediário (2.280 a 2.060 a.C.)	19
2.5. Médio Império (2.060 a 1785 a.C.).....	20
2.6. Segundo Período Intermediário (1.785 a 1580 a.C.)	20
2.7. Novo Império (1.580 a 1.085 a.C.).....	21
2.8. Período de Declínio	23
3. FUNERAIS	25
3.1. A pesagem das ações	25
3.2. A preparação do túmulo.....	26
3.3. Mumificação	29
4. LIVRO DOS MORTOS	29
4.1. O Papiro de Ani	31
4.2. Morte, Memória e Vida Futura: Perspectivas no Egito Antigo	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	37
7. FONTE.....	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Papiro de Ani	8
--------------------------------	---

1. INTRODUÇÃO

1.1. Análise Geral do Livro dos Mortos

A presente pesquisa busca entender a sociedade egípcia, por volta do séc XIII a.C., e a sua forte ligação com o tema fúnebre, fato qual se comprova com os inúmeros achados arqueológicos do local. Contudo, o foco não era exaltar a morte em si, mas aquilo que viria após ela. (RIBEIRO, 2019)

A arte egípcia era tão relevante que tinha como premissa documentar o todo, ou seja, a pessoa retratada era a sua própria manifestação, qualquer rasura ou deturpação poderia causar no apagamento da memória do homem dela dependente (MATIAS, 2017). Logo, a manutenção da memória está diretamente relacionada com a continuidade dessa vida após a morte.

Além da importância da lembrança por meio da arte, os egípcios também se preocupavam com a alma do falecido, e como ela percorreria rumo as provações do “Duat” (submundo). Para isto viu-se a necessidade de elaborar um compilado de feitiços, os quais serviam como servidores de proteção e guia para o caminho rumo a eternidade (MONTEIRO, 2019).

Tendo em vista este cenário, a fonte histórica a ser trabalhada é o chamado “Livro dos Mortos”. Tal material é um compilado de orações, magias e instruções, que auxiliariam o falecido a percorrer seu percurso pelo Mundo Inferior até chegar à vida eterna. Este era depositado no sarcófago junto com o indivíduo (SOUSA, et al., 2016). Atualmente a cópia mais antiga do livro é chamada de “Papiro de Ani”, pertencente a XVIII dinastia (aproximadamente 1250 a.C.), e produzido na cidade de Tebas (Egito) (MATIAS)

O material é composto por desenhos de alta qualidade artística e acabamentos; além de hieróglifos. Possui 24 metros de comprimento e atualmente faz parte do acervo do Museu Britânico. (SOUSA, et al., 2016) A produção era realizada por meio de diversos escribas egípcios (BUDGE, 2022)

Para aqueles que não podem se deslocar até o Museu Britânico, é possível consultar uma reprodução por meio do site oficial do museu, de maneira gratuita, por meio do código “EA10470,3” ou número de registro “1888,0515.1.3”. Não está em exposição, sendo necessária autorização para consulta local, o papiro encontra-se

conservado por meio de vidros com uma encadernação de fita adesiva de linho Filmoplast T. (MUSEU BRITÂNICO, 2024)

Para facilitar nosso entendimento, anexamos a imagem de um capítulo do Papiro de Ani, para iniciarmos uma análise detalhada (FIGURA 1)

FIGURA 1 – PAPIRO DE ANI



Fonte: The Trustees of the British Museum. Shared under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International \(CC BY-NC-SA 4.0\) licence](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

De imediato, identificamos os aspectos da arte egípcia, que mencionamos acima. Para complementar nosso raciocínio, é válido trazer para a discussão Brancaglioni que nos diz “Para os antigos egípcios, dar forma à matéria não era um ato de puro deleite, o que não significa, evidentemente, que eles deixassem de extrair muitas satisfações estéticas disso. Mas os fundamentos do ato artístico encontram-se fora das preocupações estéticas em si mesmas: eles se situam na esfera das crenças relativas aos mortos e aos deuses – portanto, no mundo sobrenatural”. (BRANCAGLIONI, 2003)

Para analisar a imagem, vamos dividi-la em duas partes, horizontalmente, sendo a primeira os desenhos superiores (menores) e os inferiores (maiores). Para suporte teórico utilizamos a autora Keidy Narrelly Costa Matias.

Primeira parte (direita para a esquerda):

Mesa de oferendas: servia para garantir as necessidades alimentares do falecido no além.

Rê-Horakhty: divindade com cabeça de falcão, simbolizando a travessia do sol na barca diurna (Mandjet), e carregando um disco solar sobre a cabeça, o que lhe conferia uma função protetora.

Atum: segundo a teologia de Heliópolis, esse deus autogerou-se, emergindo do Num (o caos primordial). Ele usava a coroa dupla (peshent), símbolo da união do Baixo e do Alto Egito.

Shu: gerado por Atum, representava o ar e usava uma pluma sobre a cabeça. Tefnut: personificava a umidade e ostentava o disco solar sobre sua cabeça de leoa.

Geb: representava a terra e, com a deusa Nut, gerou Osíris, Ísis, Seth e Néftis.

Nut: deusa do céu, associada à ressurreição; acreditava-se que a barca de Rê iniciava sua jornada diurna em seu ventre e terminava em sua boca.

Ísis e Néftis: Ísis, no contexto funerário, era protetora do morto, agindo junto à sua irmã Néftis. Com seu grande poder mágico, Ísis ajudava a assegurar a nova existência do falecido e trazia o hieróglifo do trono na cabeça. Néftis, por sua vez, trazia o hieróglifo do palácio e ambas estavam ligadas à realeza.

Hórus: filho de Ísis e Osíris, com cabeça de falcão, lutou contra Seth pelo direito ao trono do Egito.

Háthor: simbolizava diferentes aspectos da feminilidade e também tinha papel de deusa funerária. Hu e Sa: representavam a “palavra” e a “mente”, sendo criados pelo deus Ptah de acordo com a cosmogonia menfita.

Segunda parte (da esquerda para a direita):

Tutu: esposa de Ani, segura um sistro, instrumento associado à deusa Háthor, utilizado para "invocar" sua presença. Tutu veste um longo vestido de linho branco, simbolizando pureza, e seus pés não são visíveis. Ela usa uma peruca e está adornada com um colar e braceletes.

Ani: trajado com um vestido de linho branco, assim como sua esposa. Também utiliza uma peruca e é adornado com colar e braceletes.

Meskhenet e Renenutet: eram divindades ligadas ao nascimento e renascimento, nem sempre representadas em todos os papiros.

Pássaro ba: o "ba" ou "alma" era uma parte essencial da personalidade humana, que se separava no momento da morte. Representado como um falcão com cabeça humana e, às vezes, braços, o ba do falecido percorria o mundo dos mortos, visitava a Sala do Julgamento, os Campos de Juncos e Oferendas e embarcava na barca solar, retornando à noite para junto da múmia.

A autora não encontrou referências específicas para a figura sobre a tumba à frente do ba.

Shai: divindade associada ao destino do morto, representada com um saiote branco e dourado e a barba curva, indicando uma conexão com o mundo dos mortos. A balança, que carrega o coração do falecido e a pluma da deusa Maat como contrapeso, simboliza o conceito de justiça. Se a balança permanecesse equilibrada, o morto era considerado justo e recebia permissão para ingressar no reino de Osíris. No topo da balança, é representado um babuíno, possivelmente simbolizando o deus Thot.

Anúbis: deus da mumificação, retratado com cabeça de chacal e um saiote, ajustando a balança. É mostrado agachado, porém em tamanho maior do que Shai e as deusas Meskhenet e Renenutet, enfatizando sua importância.

Thot: representado com cabeça de íbis, era o deus dos escribas. Ele segura um pedaço de junco na mão direita e um suporte na esquerda, onde registra o resultado do julgamento.

Am-mit: criatura monstruosa com cabeça de crocodilo, corpo de leão e pernas de hipopótamo, responsável por devorar a alma do morto que não fosse declarado "justo de voz" após o julgamento.

Nos hieróglifos do papiro, Ani implora ao coração para que não testemunhe contra ele diante dos deuses. Na ilustração, Ani é declarado "justo de voz" ou "justificado", recebendo permissão para entrar no reino de Osíris.

Com esta breve análise iconográfica, infere-se que este objeto foi um pedido do Ani, para que ele conseguisse ter uma passagem calma para a vida eterna, visto que ele e sua esposa foram retratados no documento. Ou seja, o livro atendia apenas a família direta do indivíduo, sendo necessário que houvesse uma encomenda para obtenção. Importante ressaltar que o item era sepultado juntamente com seu proprietário.

Com o papiro de Ani podemos identificar diversos pontos da cultura e religião egípcia. Em um primeiro momento, a questão da vida após a morte e a justiça divina, o papiro detalha o julgamento da alma, incluindo a pesagem do coração em comparação com a pluma da deusa Maat. Esse processo reflete a visão egípcia de moralidade, onde apenas os justos poderiam adentrar na vida após a morte, e a justiça estava ligada ao equilíbrio e a verdade. Em segundo lugar, o papiro destaca o simbolismo das divindades e seus papéis, demonstrando a hierarquia e organização dos deuses e como isto era visto pelos egípcios.

Não podemos deixar de trazer a luz a questão dos rituais funerários e das práticas religiosas. O Papiro de Ani detalha os rituais necessários para assegurar uma transição segura para a vida após a morte, evidenciando a crença egípcia em um pós-vida ativo e a importância de rituais e oferendas para proteger a alma do falecido.

Por fim, o papiro levanta a questão da relação entre texto sagrado e poder político. Esses textos não só guiavam as almas, mas também reforçavam a posição das elites e dos sacerdotes, perpetuando crenças que sustentavam a ordem social e a autoridade do faraó. Dessa forma, o Papiro de Ani é uma rica fonte de compreensão das crenças, rituais e estruturas socioculturais do Egito Antigo

1.2. Tradição Africana

África, continente que carrega o peso de ser o berço da humanidade, é graças a ela que as grandes civilizações que marcaram a história foram desenvolvidas. Contudo, apenas a partir do século XVI sua história começa a ser alvo de curiosidades. (MUNANGA,2015)

O filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1831) divide a África em três partes distintas: (1) África Setentrional aberta ao Mediterrâneo e ligada a Europa (2) O Egito (3) África propriamente dita. E complementa dizendo que “ O homem na África negra vive no estado de barbárie e selvageria que impede de fazer parte completa da civilização” (HEGEL, In: MUNANGA, 2015)

Para Munanga, Hegel se contrapõe totalmente a África negra, tendo base os aspectos das maneiras de se fazer história, são elas “a) A história original praticada por Heródoto, Tucídides, Políbio e César, cujo conteúdo é necessariamente limitado; b) A história pensativa que transcende a atualidade na qual vive o historiador e que trata do passado mais recuado como se fosse atual no espírito; c) a história filosófica, que pretende considerar filosoficamente a história universal, colocando à luz a relação entre o pensamento e o fato histórico” (MUNANGA,2015)

Em contrapartida a essa ideia mencionada nos parágrafos anteriores, podemos trazer para a discussão o autor A. Hampaté Bâ, no capítulo 8 intitulado “A tradição viva”, do livro História Geral da África, volume I, que se inicia com o seguinte trecho, que é válido mencionar integralmente “A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua

semente”. (Bokar, p.168). Com tal citação, Hampaté Bâ, inaugura o cerne do capítulo: A história oral não é um estágio inferior ou pré histórico, mas uma tecnologia de preservação e transmissão cultural.

O autor nos indica que, ao decorrer dos anos, entendia-se que os povos sem escrita eram povos sem cultura (fazendo referência a ideia de Hegel), ideia qual começou a mudar apenas após as guerras mundiais, e complementa “Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial”. (HAMPATÉ BÂ, 2010)

A tradição oral, é portadora não apenas de fatos históricos, mas também de “mitos, genealogias, códigos morais, técnicas e rituais”. Tornando um sistema global de conhecimentos, no qual a história está entrelaçada com cosmovisões, valores éticos e práticas comunitárias. O próprio processo de transmissão oral é regulado por rigorosos mecanismos como técnicas de memorização que utilizam associações, como palavras, frases, imagens ou histórias, para facilitar a lembrança de informações complexas ou difíceis de gravar, que garantem a precisão das informações. O autor informa que “o depositário da tradição deve ser capaz de recitar palavra por palavra, sem omissões nem acréscimos, o ensinamento recebido” (HAMPATÉ BÂ, 2010)

Importante ressaltar que o papel social do transmissor é central. Ele não é um mero narrador, mas um guardião da memória coletiva, cuja autoridade é reconhecida pela comunidade. Esse reconhecimento se ancora em critérios como a fidelidade ao conteúdo, a clareza da exposição e a capacidade de contextualizar o saber transmitido. Nesse sentido, a tradição oral não é um conjunto aleatório de histórias, mas uma instituição socialmente estruturada, com normas, hierarquias e responsabilidades. (HAMPATÉ BÂ, 2010)

Ao abordar a relação entre tradição e mudança, o autor propõe uma metáfora que se tornou célebre: “A tradição não é a adoração das cinzas, mas a preservação do fogo”. Essa formulação evidencia que a tradição é dinâmica, capaz de incorporar elementos novos sem perder sua essência. A imagem do fogo — móvel, adaptável e vital — contrasta com a imutável da cinza, reforçando a ideia de que tradição e transformação não são incompatíveis. (HAMPATÉ BÂ, 2010)

O autor ainda alerta para o perigo iminente de perda desse patrimônio, uma vez que os “últimos grandes depositários” estão desaparecendo. Isso confere urgência à tarefa de registro e preservação das tradições orais, não para substituí-las pela escrita, mas para que sobrevivam em sua vitalidade própria. (HAMPATÉ BÁ, 2010)

Do ponto de vista historiográfico, Hampaté Bá se insere em uma crítica mais ampla ao modelo ocidental de produção de conhecimento histórico, que privilegia documentos escritos e frequentemente marginaliza outras formas de registro da memória. Se propondo a ampliar o conceito de fonte histórica, defendendo que “*para compreender a África, é preciso saber escutar a África*” (HAMPATÉ BÁ, 2010).

O autor sugere um reposicionamento epistemológico: compreender a história da África exige dialogar com seus modos próprios de construir e transmitir saberes, tendo em vista a valorização da oralidade como sistema legítimo de conhecimento histórico e cultural.

1.3. História e Memória

Iniciaremos a temática, trazendo a obra “Lembrar, Escrever e Esquecer” da autora Jeanne Marie Gagnebin, onde traz conceitos que são essenciais para a discussão sobre o assunto. Em sua pesquisa, a autora cita Walter Benjamin “Nós articulamos o passado, nós não o descrevemos, como se pode descrever um objeto físico, mesmo com todas as dificuldades que essa tentativa levanta” e complementa “Delineia-se história: uma narração que obedece a interesses precisos” (Benjamin, In: Gagnebin, 2016). Temos, portanto, o primeiro conceito: História seria uma reconstrução crítica do passado baseado em documentos e fatos, mas que é interpretada e organizada de acordo com aquele que a conta.

Posteriormente Gagnebin, reflete sobre a questão da memória, tendo como ponto de vista a ideia de Tucídides, que desconfiava da memória, por ser “instável e subjetiva” (Tucídides, In: Gagnebin, 2016). Assim, entende-se como memória, aquela que pode ser tanto individual quanto coletiva, e que está propícia a uma mudança de acordo com as experiências vividas.

Para finalizar a tríade, não poderíamos deixar de mencionar sobre o esquecimento. Gagnebin retorna ao texto da Odisseia de Ulisses, dizendo que Os Lotófagos (personagens da mitologia grega que são comedores de lótus - planta que teria o poder de apagar o passado e retirava o desejo de retornar para casa. Seus usuários viviam em um estado de apatia e esquecimento) oferecem o eterno presente do esquecimento. A autora entende que este episódio revela, desde o início, que a jornada

de Ulisses para retornar a Ítaca é, sobretudo, uma batalha pela preservação da memória — e, com ela, da palavra. São as narrativas, os cantos e as histórias que permitem aos homens manter viva a lembrança do passado e, ao mesmo tempo, evitar que se perca a consciência do futuro. (Gagnebin, 2016). E com isso ela enxerga uma tarefa do historiador: “lutar contra o esquecimento e a denegação, lutar, em suma, contra a mentira, mas sem cair em uma definição dogmática de verdade”. (Gagnebin, 2016)

Ou seja, infere-se que História é aquela que reinterpreta e reconstrói acontecimentos passados tendo como base registros, mas sempre filtrada pelos objetivos, valores e escolhas de quem a relata. Memória é um registro vivo e mutável, que pode pertencer a uma pessoa ou a um grupo, e que se transforma de acordo com as vivências e contextos. Esquecimento representa a ameaça de romper o vínculo entre o que já aconteceu e o que ainda virá, sendo papel do historiador proteger as lembranças e enfrentar distorções, sem transformar essa defesa em uma imposição absoluta de verdade.

Outro ponto que é válido ressaltar na presente pesquisa, seria a análise sobre a “Verdade Histórica”, a autora já nos adianta no seguinte trecho, que tal missão tende a ser impossível, pois estamos tratando de ciências humanas, que não converge em um único ponto, mas que possui diversas variáveis. “Seria lutar em vão porque a verdade histórica não é da ordem da verificação factual (unicamente possível para as ciências experimentais... e mesmo para elas discutível). Mas o conceito de verdade não se esgota nos procedimentos de adequação e verificação, procedimentos esses cuja impossibilidade prática no caso da historiografia da Shoah fornece, justamente, seus "argumentos" aos revisionistas” (Gagnebin, 2016). Ou seja, a verdade histórica não é uma ciência exata, ela trabalha em um campo interpretativo, que compõe o sentido histórico. Não se diminui em procedimentos de comprovação empírica, mas se associa a memória, testemunho e narrativa. Memória é aquela para ser vivida.

E com isso conseguimos relacionar com a luta contra o esquecimento, como podemos ver no trecho: “Túmulos e palavras se revezam nesse trabalho de memória que, justamente por se fundar na luta contra o esquecimento, é também o reconhecimento implícito da força deste último: o reconhecimento do poder da morte. O fato da palavra grega *sèma* significar, ao mesmo tempo, túmulo e signo é um indício evidente de que todo o trabalho de pesquisa simbólica e de criação de significação é também um trabalho de luto. E que as inscrições funerárias estejam entre os primeiros rastros de signos escritos confirma-nos, igualmente, quão inseparáveis são memória, escrita e morte”.

(Gagnebin, 2016). Com isso a autora exalta a articulação entre memória, escrita e morte, informando que todo esforço de significação constitui também um trabalho de luto. Para isso ela realiza uma interpretação etimológica do termo *sèma*, que significa tanto túmulo como signo. Nesse sentido, a própria origem da escrita, vinculada às inscrições funerárias, revela que preservar a memória é um gesto inseparável do reconhecimento do poder da morte e da tentativa de resistência a seu esquecimento.

E é nesse contexto que este trabalho pretende entender de que forma o Livro dos Mortos contribuiu para a construção e a manutenção da memória individual e coletiva no contexto religioso e funerário do Egito no séc XVIII a.C. Para isso investigaremos o papel do Livro dos Mortos como instrumento de preservação da memória no Egito Antigo.

2. ANTIGO EGITO

2.1. Geografia

O Egito está localizado no nordeste da África, ocupando uma posição estratégica que conecta o continente africano ao asiático por meio da Península do Sinai, sendo, portanto, um país transcontinental. Banhado ao norte pelo Mar Mediterrâneo e a leste pelo Mar Vermelho, o Egito faz fronteira com Líbia a oeste, Sudão ao sul e Israel e a Faixa de Gaza a nordeste. Grande parte do seu território é composta por desertos, como o Saara, a oeste, e o Deserto Oriental, a leste. O rio Nilo, que corta o país de sul a norte, é fundamental para a sobrevivência da população e para o desenvolvimento da agricultura, especialmente em sua região do delta, onde se concentra a maior parte da população.

A configuração geográfica do Egito exerceu papel determinante na formação e desenvolvimento de sua civilização. A própria natureza estabeleceu uma divisão natural do território em duas regiões distintas. A primeira corresponde às estreitas faixas de terra fértil localizadas ao longo do curso do rio Nilo, estendendo-se de Assuã até a região onde se encontra a atual cidade do Cairo, conhecida como Alto Egito. A segunda refere-se à área formada pelo delta do Nilo, caracterizada por um extenso triângulo de terras férteis, resultante de milênios de deposição de sedimentos e limo transportados pelo rio, que, ao seguir seu curso em direção ao Mar Mediterrâneo, proporcionou condições ideais para a agricultura e o estabelecimento de comunidades densamente povoadas.

Essa distinção entre Alto Egito e Baixo Egito não foi apenas geográfica, mas também política, econômica e cultural, influenciando a organização social e a estrutura de poder ao longo de toda a história faraônica. (BAKR, 2010)

Seu povoamento remonta a 7.000 a.C, após o fim da era glacial na Europa. A escassez das chuvas levou as populações nômades da África saariana procurarem água na região do vale do Nilo. O modo de vida torna-se pastoril e agrícola, inicia-se um aperfeiçoamento dos instrumentos e armas de pedra, e, a cerâmica torna-se útil para a reconstituição de um panorama das diferentes culturas egípcias durante o período neolítico. (BAKR, 2010)

Pode-se atribuir a esses agrupamentos humanos primitivos a origem dos nomos, que se consolidaram como a unidade administrativa e territorial fundamental do Egito durante o período histórico. Cada nomo possuía relativa autonomia política e religiosa, sendo governado por líderes locais que exerciam funções administrativas e rituais. Entretanto, a presença do rio Nilo desempenhou papel crucial na integração dessas comunidades, uma vez que funcionava como via natural de comunicação e transporte, conectando os povoados ao longo de suas margens. Esse fator geográfico favoreceu não apenas o intercâmbio econômico, por meio da circulação de bens e produtos, mas também a unificação linguística e cultural entre os diferentes grupos. Com o passar do tempo, essas interações se intensificaram, a ponto de dissolver gradualmente as particularidades culturais de cada nomo, criando uma identidade coletiva que viria a ser fundamental para a formação do Estado egípcio e para a consolidação de um sistema político centralizado sob a figura do faraó. (BAKR, 2010)

Pouco antes do início do período histórico, a sociedade egípcia desenvolveu o conhecimento e a habilidade necessários para a manipulação de metais, marcando sua entrada no chamado período calcolítico (ou cuprolítico). Nesse contexto, houve uma transição tecnológica significativa, na qual o sílex, amplamente utilizado na confecção de ferramentas e utensílios, passou a ser gradualmente substituído por metais. Os primeiros registros indicam o uso do ouro e do cobre, ainda em escala limitada, como materiais destinados tanto à produção de instrumentos quanto a finalidades simbólicas e ornamentais, refletindo o caráter religioso e social da cultura egípcia. Entretanto, o bronze somente passou a ser empregado de forma sistemática durante o Médio Império, enquanto o ferro permaneceu de uso restrito até os períodos finais da história faraônica, quando sua utilização se tornou mais difundida. Esse processo de incorporação dos metais demonstra não apenas avanços tecnológicos, mas também mudanças na

organização econômica e social do Egito Antigo, possibilitando a ampliação das atividades produtivas e a consolidação de estruturas políticas mais complexas. (BAKR, 2010)

A principal realização do período pré-histórico egípcio foi o domínio sobre a terra e os recursos naturais, processo essencial para a consolidação de uma sociedade agrícola estruturada. Inicialmente, os grupos humanos estabeleciam-se em áreas elevadas, como afloramentos rochosos ou regiões situadas na orla do deserto, acima das planícies de aluvião, com o objetivo de se protegerem das cheias periódicas do rio Nilo. Com o tempo, desenvolveram técnicas de manejo ambiental, que incluíram o desmatamento e a limpeza do solo para torná-lo adequado ao cultivo, além da drenagem de pântanos e da construção de diques, que funcionavam como barreiras contra inundações excessivas. Esses avanços permitiram que a população transformasse áreas inóspitas em terras férteis e produtivas, favorecendo o aumento da produção agrícola. Progressivamente, os egípcios também aprimoraram o uso de canais de irrigação, que se tornaram fundamentais para controlar o fluxo de água durante os períodos de cheia e estiagem, garantindo maior estabilidade no abastecimento agrícola e possibilitando o crescimento demográfico e a formação de centros urbanos. Esse processo representou um marco na organização econômica e social, constituindo a base sobre a qual se ergueria a civilização egípcia. (BAKR, 2010)

A história do Antigo Egito é tradicionalmente organizada em diferentes períodos históricos, que refletem as transformações políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas ao longo de milênios. Essa divisão facilita a compreensão do desenvolvimento da civilização egípcia. Abaixo iniciaremos um breve resumo de cada etapa, com o intuito de situar o leitor no tempo

2.2. Período Arcaico (3.200 a 2.900 a.C.)

A unificação do Egito ocorreu por meio da sujeição do Baixo Egito ao domínio do soberano do Alto Egito, identificado pela tradição como Menés, embora as evidências arqueológicas apontem para a figura de Narmer. Foi o reino meridional que impôs seu controle sobre todo o território, sendo que, após a vitória inicial, Narmer estabeleceu a capital em Mênfis, localizada estrategicamente na região de transição entre o Alto e o Baixo Egito. (BAKR, 2010)

A cultura característica do final do período pré-dinástico manteve-se predominante durante aproximadamente trezentos anos, correspondentes à Primeira

Dinastia. Contudo, com a consolidação da unidade política, especialmente durante a Terceira e Quarta Dinastias, o Estado egípcio alcançou maior estabilidade. Nesse contexto, desenvolveu-se um novo dogma político e religioso, no qual o rei passou a ser concebido como uma entidade sobre-humana, um verdadeiro deus que governava os homens. Essa concepção estava enraizada em antigas crenças e práticas religiosas, que evoluíram ao longo do tempo, reforçando a autoridade e a sacralidade do faraó. (BAKR, 2010)

A arte e a literatura desempenharam papel central nesse processo, representando o soberano de forma idealizada e estereotipada, embora também tenham permitido o reconhecimento de cada faraó como indivíduo, evidenciando traços de sua personalidade. Esse fenômeno demonstra como, nas civilizações antigas, havia um grande interesse em legitimar e perpetuar a imagem do governante como símbolo de poder e unidade. (BAKR, 2010)

Em nenhuma outra civilização antiga ou moderna a concepção de uma vida após a morte exerceu papel tão central quanto no Antigo Egito, onde as crenças funerárias moldaram profundamente as práticas religiosas, sociais e políticas. O ambiente natural contribuiu para essa visão de mundo, uma vez que a aridez do solo e o clima quente favoreciam a preservação natural dos corpos, reforçando a convicção de que a existência poderia continuar no além-túmulo. Ao longo do desenvolvimento histórico da sociedade egípcia, consolidou-se a crença de que o ser humano era composto por diferentes elementos imortais, cada um com funções específicas na manutenção da vida após a morte. (BAKR, 2010)

O primeiro desses elementos era o Ba, frequentemente representado na iconografia como um pássaro com cabeça humana, cujos traços eram semelhantes aos do falecido, incluindo braços que simbolizavam sua individualidade. O Ba adquiria vitalidade no momento da morte, sendo ativado por meio de rituais realizados pelo sacerdote durante as cerimônias fúnebres, acompanhados de oferendas alimentares que garantiam a transformação do falecido em uma entidade espiritual capaz de transitar entre o mundo dos vivos e o dos mortos. (BAKR, 2010)

O segundo elemento era o Ka, entendido como um espírito protetor que surgia no momento do nascimento. Segundo a mitologia, o deus Khnum, divindade associada à fertilidade e representado como um carneiro, moldava os seres humanos a partir do

limo do Nilo, criando duas formas: uma destinada ao corpo físico e outra ao Ka. Este era considerado uma duplicação espiritual do indivíduo e permanecia ao seu lado durante toda a vida, precedendo-o na passagem para o além. Para assegurar o bem-estar do Ka, os egípcios enchiam os túmulos com o chamado "mobiliário funerário", composto por alimentos, utensílios, joias e objetos pessoais, garantindo que a entidade tivesse os recursos necessários para sua existência no mundo espiritual. (BAKR, 2010)

Outro componente fundamental era o Ib, o coração, concebido como o centro das emoções, dos pensamentos e da consciência do indivíduo. O Ib guiava as ações durante a vida terrena e, segundo as crenças egípcias, seria julgado após a morte na famosa "pesagem do coração", determinando o destino da alma. O quarto elemento era o Akh, um princípio divino ou sobrenatural que só poderia ser adquirido após a morte, associado à transformação do indivíduo em um ser luminoso e eterno. As estrelas que brilhavam no céu eram vistas como manifestações dos Akhs, simbolizando a elevação espiritual dos mortos. (BAKR, 2010)

Por fim, havia o Khat, o corpo físico, considerado um invólucro mortal que perecia naturalmente, mas que poderia ser preservado por meio de técnicas de embalsamamento. Essa prática visava manter o corpo em condições adequadas para que ele continuasse a existir em união com o Ka e o Ba, assegurando a vida eterna no além-túmulo. Dessa forma, a complexa concepção egípcia sobre a morte e a imortalidade fundamentava não apenas os rituais funerários, mas também a estrutura religiosa, política e cultural de toda a civilização faraônica. (BAKR, 2010)

Com a apropriação dos chamados Textos das Pirâmides por chefes locais e pequenos governantes durante o Primeiro Período Intermediário, houve uma transformação significativa na tradição funerária egípcia. Essas fórmulas, inicialmente restritas à realeza, passaram por um processo de adaptação, sendo modificadas, eliminadas ou recompostas com o objetivo de torná-las acessíveis a grupos mais amplos da população. Durante o Médio Império, esse conjunto de textos ficou conhecido como Textos dos Sarcófagos, sendo usualmente inscritos na parte interna de caixões retangulares típicos desse período. A escrita utilizada era o hieróglifo cursivo, com os títulos destacados em tinta vermelha, enquanto o corpo do texto era escrito em tinta preta, uma prática que conferia maior organização e clareza aos rituais e fórmulas mágicas. (BAKR, 2010)

No Novo Império, recorte selecionado para maior análise nesse trabalho, o conteúdo dos Textos dos Sarcófagos, acrescido de novas estrofes e fórmulas, passou a

ser registrado em papiros, os quais eram depositados junto aos corpos mumificados. Essa nova compilação ficou conhecida como Livro dos Mortos, embora a designação seja, em certa medida, imprecisa, pois nunca existiu um livro padronizado com estrutura fixa. Cada exemplar era único, sendo composto por uma seleção específica de estrofes, cuja escolha dependia do tamanho do papiro, das preferências pessoais do adquirente e da orientação do sacerdote-escriba responsável pela transcrição. Em média, um rolo continha entre quarenta e cinquenta estrofes, embora alguns pudessem apresentar até duzentas. (BAKR, 2010)

Além do Livro dos Mortos, os sacerdotes do Novo Império desenvolveram outros textos funerários, igualmente destinados a guiar o falecido em sua jornada pelo além. Entre eles destacam-se o Livro do Que Está no Inferno (Imj-Dwat), que descrevia o percurso do deus Sol através do mundo subterrâneo durante as doze horas da noite, e o Livro das Grandes Portas, que funcionava como um guia mágico e ritualístico. Esses textos evidenciam a complexidade das crenças egípcias sobre a vida após a morte, bem como a contínua evolução das práticas funerárias, que se tornaram mais elaboradas e acessíveis ao longo do tempo. Essa ampliação do acesso aos textos sagrados refletiu não apenas mudanças na religiosidade, mas também transformações sociais, à medida que o ideal de imortalidade passou a ser almejado por camadas mais amplas da população. (BAKR, 2010)

2.3. O Antigo Império (2.900 a 2.280 a.C)

As dinastias do Antigo Império do Egito, especialmente os sucessores de Snefru, destacam-se pela construção das pirâmides de Gisé, erigidas por Khufu (Quéops), Khafre (Quéfren) e Mankaure (Miquerinos), localizadas a aproximadamente dez quilômetros a sudoeste da atual cidade do Cairo. Entre essas obras, a pirâmide de Khufu se distingue por sua grandiosidade, sendo considerada a maior construção monolítica já realizada pelo ser humano. Além disso, sua execução demonstra notável precisão arquitetônica, perfeição no acabamento e harmonia nas proporções, atributos que justificam sua classificação como a primeira das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. (BAKR, 2010)

As pirâmides de Khafre e Mankaure, embora menores, reproduzem elementos da construção e da organização de estruturas secundárias, evidenciando a continuidade e a padronização das técnicas de engenharia e simbolismo funerário herdadas do pai e avô. Essas obras refletem não apenas o poder e a autoridade dos faraós, mas também a

sofisticação técnica e o avanço da sociedade egípcia durante o período faraônico. (BAKR, 2010)

2.4. Primeiro Período Intermediário (2.280 a 2.060 a.C.)

Com a morte de Pépi II, o Egito entrou em um período de profunda desintegração política e social, marcado por um aumento significativo do poder dos chefes locais e pela eclosão de conflitos internos. Esse momento de anarquia, caos e guerra civil provocou a fragmentação do controle central, levando a confrontos generalizados ao longo do vale do Nilo. Segundo o historiador grego Manetão, em sua obra História do Egito, a sétima dinastia teria sido composta por setenta reis que governaram por apenas setenta dias, indicando a instabilidade extrema desse período. (BAKR, 2010)

Durante os períodos das IX e X dinastias, os reis exerceram seu controle principalmente sobre a região do Delta, que frequentemente havia sido alvo de incursões de nômades saqueadores provenientes do deserto. Por outro lado, o Alto Egito permaneceu fragmentado, dividido em suas antigas unidades administrativas, os nomos, cada qual sob a autoridade de um regente local. A consolidação do poder político e territorial ocorreu posteriormente com a ascensão de Tebas, cuja influência cresceu significativamente até que, durante a XI dinastia, a cidade passou a controlar o Alto Egito e, pouco tempo depois, conseguiu unificar todo o país, estabelecendo novamente a centralização do poder faraônico. (BAKR, 2010)

No Antigo Egito, a concepção de igualdade entre os indivíduos estava intimamente relacionada à relação dos homens com os deuses e com os governantes, refletindo um ideal de justiça e ordem divina. Entretanto, transformações significativas ocorreram na esfera funerária, caracterizadas pela chamada “democratização da religião funerária”. (BAKR, 2010)

Durante o Antigo Império, apenas membros da realeza ou pessoas especialmente distinguidas pelo faraó tinham a garantia de participar da vida após a morte junto aos deuses. Com o enfraquecimento da autoridade real, indivíduos de grande poder e riqueza passaram a apropriar-se dos textos funerários antes exclusivos da realeza, inscrevendo-os em seus próprios esquifes. Além disso, cidadãos comuns abastados começaram a ser sepultados com cerimônias e estelas comemorativas, assegurando-lhes acesso aos mesmos rituais antes reservados aos faraós. (BAKR, 2010)

Esse processo de inclusão social no âmbito religioso revelou-se possível graças à figura de Osíris, deus responsável pela vida no além, tornando a vida eterna mais acessível a diferentes camadas da sociedade. (BAKR, 2010)

2.5. Médio Império (2.060 a 1785 a.C.)

A unificação do Egito ocorreu novamente por meio da força militar, quando Tebas, até então um nome de relativa irrelevância, pôs fim à supremacia de Heracleópolis, reivindicando a soberania sobre todo o Estado egípcio. Ao vencer a guerra, Tebas reuniu o Alto e o Baixo Egito sob sua autoridade, consolidando um poder centralizado. Nesse contexto, o rei Mentuhotep II destacou-se como a figura central da XI dinastia, sendo responsável por importantes reformas administrativas que reorganizaram o país. Toda resistência à autoridade real foi reprimida, embora episódios esporádicos de levantes menores devam ter ocorrido. Em contraste com os tempos iniciais, o clima político do Médio Império já não garantia a mesma estabilidade e segurança pacífica do Antigo Império, refletindo um período marcado pela necessidade de manutenção do poder e controle territorial. (BAKR, 2010)

2.6. Segundo Período Intermediário (1.785 a 1580 a.C.)

Durante o final da XIII dinastia, o Baixo Egito passou a apresentar uma significativa presença de população asiática, intensificada pela imigração de diversos grupos provenientes das regiões ao nordeste do Egito. Esses povos foram deslocados para o sul devido a amplos movimentos demográficos no Oriente Próximo. Os egípcios denominavam os líderes dessas tribos como Hka-Hasut, ou “Governantes de Países Estrangeiros”, termo que deu origem à designação hicsos, utilizada por Manetão e adotada atualmente para se referir a esse povo. (BAKR, 2010)

Os hicsos começaram a constituir um risco real à autoridade da XIII dinastia, e, em torno de 1700 a.C., já se apresentavam como um grupo de guerreiros bem organizados e armados, tendo conquistado a região oriental do Delta e a cidade de Hat-Uaret (Ávaris), cuja fortificação foi reforçada, tornando-se a capital de seu domínio. A dominação hicsa sobre o Egito não resultou de uma invasão súbita de um único povo, mas de um processo gradual de infiltração, envolvendo diferentes grupos do Oriente Próximo, predominantemente semitas. Essa presença é evidenciada pelos nomes de seus reis, que incluem Anat-Hr, Semken, Amu e Jakub-H, indicando suas origens e ligações culturais com o Oriente Próximo. (BAKR, 2010)

A ocupação dos hicsos teve um impacto profundo no desenvolvimento militar e tecnológico do Egito, introduzindo elementos até então desconhecidos, como o cavalo, o carro de guerra e a armadura. Os egípcios, que não possuíam experiência prévia com tais recursos, acabaram por adotá-los e utilizá-los com sucesso contra os próprios invasores, culminando na expulsão dos hicsos do território egípcio. Essa ocupação representou a primeira experiência de dominação estrangeira, provocando um abalo significativo no sentimento de supremacia e segurança tradicionalmente associado à proteção divina. Em resposta, iniciou-se uma guerra de libertação, liderada pelos governantes do nomo de Tebas. Os registros sobreviventes desse período concentram-se principalmente na resistência e nas campanhas militares empreendidas pelos reis do final da XVII dinastia contra os invasores asiáticos. O êxito definitivo ocorreu sob o comando do faraó Amósis, que conseguiu expulsar os hicsos do Delta e restaurar a unidade e a autonomia do Egito. (BAKR, 2010)

2.7. Novo Império (1.580 a 1.085 a.C.)

O reinado de Hatshepsut, que se estendeu por cerca de duas décadas, foi marcado por prosperidade política, econômica e cultural. Durante esse período, a rainha concentrou seus esforços principalmente na administração interna do país e na construção de grandes obras, consolidando o Egito como uma potência mundial cujas fronteiras se expandiam por vastas regiões. A estabilidade e a paz permitiram ao faraó e à população desfrutar dos frutos do desenvolvimento, assim como de diversos luxos e prazeres cotidianos. (BAKR, 2010)

Posteriormente, o reinado de Akenátton introduziu uma mudança radical na esfera religiosa ao proclamar Áton como o único deus verdadeiro, desconsiderando as divindades tradicionais e ordenando a supressão do nome de Âmon, inclusive em inscrições e nomes próprios. Essa reforma incluiu a dissolução do clero e a redistribuição dos bens dos templos. A religião de Áton, baseada na verdade, na liberdade individual e no amor à natureza, permitia representações informais do faraó e de sua família, retratando-os em momentos cotidianos como refeições e brincadeiras com crianças. Tais atitudes escandalizaram a sociedade da época, que via na informalidade uma diminuição da autoridade do rei-deus. (BAKR, 2010)

A reforma religiosa de Áton não sobreviveu à morte de Akenátton. Seu corregente e sucessor, Semenkarê, buscou reconciliar-se com o clero de Âmon, restabelecendo parcialmente a adoração tradicional. O faraó Tutancátton, que mudou seu

nome para Tutancâmon, deu continuidade a essa reconciliação, e mesmo após sua morte, Áton manteve certo prestígio, embora o culto a Âmon tenha sido restaurado. Durante o breve reinado do rei Ay, a situação permaneceu estável, mas apenas com Horemheb teve início a perseguição sistemática de Áton, de forma análoga às medidas anteriormente tomadas contra Âmon, encerrando a experiência monoteísta iniciada por Akenátton. (BAKR, 2010)

Horemheb, oriundo de uma família de nobres provinciais do Médio Egito, destacou-se como comandante militar e administrador durante o final do período amarniano. Ao ascender ao trono, implementou reformas administrativas e fiscais visando restaurar a ordem e combater a corrupção que se intensificara sob o reinado de Akenátton. Nomeou como sucessor Pa-Ramsés, que governou brevemente antes de ser sucedido por seu filho, Séti I, fundador de uma linhagem de faraós guerreiros voltados à restauração do prestígio egípcio no cenário internacional. (BAKR, 2010)

Séti I enfrentou uma coalizão de cidades-Estado sírias apoiadas pelos hititas, conseguindo restabelecer o domínio egípcio sobre a Palestina e avançar na Síria setentrional, embora os hititas mantivessem influência estratégica na região. Seu filho, Ramsés II, deu continuidade às campanhas militares e transferiu a capital para Pi-Ramsés, no Delta do Nilo, consolidando o poder militar e administrativo. No quinto ano de seu reinado, Ramsés II enfrentou os hititas na célebre Batalha de Kadesh, que terminou sem vitória decisiva, mas foi representada como triunfo egípcio em diversos templos, incluindo Abu Simbel e o Ramesseu.

As hostilidades entre egípcios e hititas prosseguiram até o vigésimo primeiro ano do reinado de Ramsés II, quando foi firmado um tratado de paz com Hattusilis III, selado por uma aliança matrimonial. Esse acordo assegurou ao Egito maior influência sobre a costa síria, ainda que os hititas mantivessem controle sobre o interior. Com o enfraquecimento hitita, surgiu uma nova ameaça: a migração dos Povos do Mar, vindos da região do mar Negro e dos Bálcãs. Ramsés II, já idoso, subestimou o perigo, deixando para seu sucessor, Merneptah, a tarefa de enfrentar a invasão. (BAKR, 2010)

No quinto ano de seu reinado, Merneptah derrotou os Povos do Mar e os líbios numa batalha decisiva, garantindo a proteção do Delta. Suas vitórias foram registradas em estelas, nas quais aparece, pela primeira vez, a menção ao povo de Israel, junto de outras cidades e territórios conquistados na região siro-palestina, como Canaã, Ascalon e Gezer. Essa fase marcou o declínio gradual do poder egípcio, apesar dos esforços militares e diplomáticos para manter a estabilidade imperial. (BAKR, 2010)

Após a morte de Merneptah, instaurou-se uma crise sucessória caracterizada por disputas dinásticas, durante a qual cinco faraós ocuparam o trono em rápida sucessão, sem que a ordem exata ou os vínculos de parentesco entre eles possam ser determinados com precisão. A estabilidade política foi restaurada por Sethnakht, fundador da XX dinastia, que reinou por três anos e foi sucedido por seu filho, Ramsés III. Este governou por 31 anos e buscou reviver o esplendor do Novo Império por meio de uma política militar defensiva voltada à proteção das fronteiras egípcias. (BAKR, 2010)

Durante seu reinado, Ramsés III enfrentou e derrotou diversas ameaças externas. No quinto e no décimo primeiro anos, impôs derrotas significativas aos líbios da região ocidental. No oitavo ano, enfrentou uma invasão organizada dos Povos do Mar, realizada simultaneamente por terra e mar. Essa campanha teve caráter decisivo, pois as invasões não se limitavam a saques ou dominação política, mas visavam à ocupação permanente do Delta e do vale do Nilo por populações inteiras, incluindo combatentes, famílias, rebanhos e bens. A vitória de Ramsés III garantiu, ainda que temporariamente, a sobrevivência do Egito como Estado independente. (BAKR, 2010)

Apesar do êxito militar, Ramsés III não conseguiu solucionar os graves problemas internos que assolavam o país. O Egito enfrentava profunda crise socioeconômica, marcada pela desorganização da força de trabalho, motins de trabalhadores do Estado, inflação acentuada no preço do trigo e desvalorização de metais como o bronze e o cobre. Nos reinados seguintes, de Ramsés IV a Ramsés XI, a decadência política e administrativa se intensificou. (BAKR, 2010)

Nesse contexto, os sacerdotes de Âmon ampliaram progressivamente seu poder, enfraquecendo a autoridade do faraó. O processo culminou quando o sumo sacerdote Herihor assumiu o trono, inaugurando uma nova dinastia e consolidando a transição do poder real para uma estrutura teocrática, evidenciando a fragmentação política do Egito no final do Novo Império. (BAKR, 2010)

2.8. Período de Declínio

Durante a XXI dinastia, o Egito passou por um período de divisão política, no qual o poder foi compartilhado entre os príncipes de Tânis, no Delta, e a dinastia fundada por Herihor, em Tebas. Após a morte de Herihor, Smendes, governante do Delta, assumiu o controle sobre todo o país. Nesse contexto, emergiu a influência de uma família de origem líbia, provavelmente descendente de soldados mercenários estabelecidos na região do Fayum. Um de seus membros, Sheshonq, conseguiu ascender

ao trono, fundando a XXII dinastia, que perdurou por cerca de dois séculos. (BAKR, 2010)

Com o enfraquecimento dessa dinastia, o Egito fragmentou-se em pequenos Estados rivais, vulneráveis às ameaças externas, sobretudo da Assíria e do reino de Cuxe, no Sudão. Nesse cenário, Pedibast estabeleceu uma dinastia concorrente, conhecida como XXIII dinastia, cujos soberanos continuaram a adotar nomes tradicionais como Sheshonq, Osorkon e Takelot. Durante esse período, o Egito manteve relações diplomáticas com o reino de Israel, chegando a selar alianças matrimoniais, como o casamento de uma princesa egípcia com o rei Salomão. No entanto, sob o reinado do sucessor de Salomão, Sheshonq realizou uma expedição militar à Palestina, expandindo temporariamente a influência egípcia na região por meio de um comércio exterior dinâmico. (BAKR, 2010)

A XXIV dinastia foi breve, composta por apenas um rei, Bakenrenef (conhecido pelos gregos como Bócchoris), filho de Tefnakhte. Este último teria firmado um tratado com Hosea, rei de Samaria, em oposição aos assírios. Bakenrenef tentou apoiar Israel contra o rei assírio Sargão II, mas foi derrotado em Rafia, em 720 a.C. Seu governo terminou com a invasão egípcia conduzida por Shabaka, soberano do reino núbio. (BAKR, 2010)

Com a ascensão de Piankhy (Peye), originário da Núbia, iniciou-se a XXV dinastia, conhecida como dinastia sudanesa. Governando a partir da Quarta Catarata do Nilo, Piankhy unificou o Alto e Baixo Egito após enfrentar Tefnakhte, que havia consolidado poder no Delta. Piankhy destacou-se por seu rigor religioso, tratamento respeitoso aos prisioneiros e valorização das tradições egípcias. Apesar de sua força militar, a dinastia sudanesa foi gradualmente enfraquecida pelas campanhas assírias, sendo derrotada após sessenta anos de domínio. (BAKR, 2010)

Posteriormente, o Egito recuperou sua autonomia sob Psamético I, fundador da XXVI dinastia ou reino saíta, que contou com apoio de Giges, rei da Lídia, e de mercenários gregos. Psamético consolidou o comércio exterior e promoveu a prosperidade agrícola, especialmente no Alto Egito, buscando restaurar o prestígio do país. (BAKR, 2010)

No entanto, sob Psamético III, o Egito foi conquistado pelos persas liderados por Cambises, passando a compor a XXVII dinastia, formada por governantes persas. Posteriormente, Amirteu liderou uma revolta bem-sucedida, estabelecendo a XXVIII dinastia, de origem egípcia. Com alianças estratégicas junto a Atenas e Esparta, os

faraós das XXIX e XXX dinastias conseguiram manter a independência por cerca de sessenta anos. (BAKR, 2010)

Essa autonomia chegou ao fim com a segunda dominação persa, iniciada sob Artaxerxes III em 341 a.C. O domínio persa persistiu até 332 a.C., quando Alexandre, o Grande, derrotou o império persa na Batalha de Isso e conquistou o Egito, encerrando definitivamente a história do país como um reino independente e inaugurando o período helenístico. (BAKR, 2010)

3. FUNERAIS

3.1. A pesagem das ações

Seria equivocado supor que os antigos egípcios encaravam com serenidade ou prazer o momento de deixar o mundo dos vivos. Para eles, a morte era uma realidade inexorável, insensível a súplicas ou preces. Nenhum protesto poderia alterar seu curso, ainda que viesse de alguém jovem ou em plena vitalidade, pois, segundo os textos funerários, a morte “leva tanto a criança ainda agarrada ao seio materno quanto o homem mais velho”. (MONTET, 1989)

As concepções sobre o além se pautavam na busca por paz e libertação dos conflitos terrenos. Para os devotos, a melhor descrição da vida após a morte era a ideia de que, no outro mundo, o indivíduo estaria livre de seus rivais e inimigos, encontrando finalmente o repouso. Contudo, permanecia uma grande incerteza, já que, como observavam até os mais céticos, nenhum morto retornava para relatar como era a existência no além, deixando os vivos em ansiedade diante do mistério da morte. (MONTET, 1989)

No momento da passagem, acreditava-se que o falecido enfrentaria uma prova temível: a pesagem das ações, ou julgamento da alma. Nas Instruções para Merikarê, um texto de sabedoria política e moral, um antigo rei aconselha seu filho a refletir sobre esse julgamento, alertando-o de que “não se deve pensar que tudo será esquecido no dia do julgamento”. Nesse contexto, a vida inteira seria considerada como uma única hora, e após a morte as ações do indivíduo seriam reunidas e apresentadas diante dos deuses. Somente aquele que se apresentasse sem pecado diante dos juízes divinos alcançaria a existência eterna, sendo comparado a um deus. (MONTET, 1989)

Os egípcios, entretanto, reconheciam que poucos poderiam comparecer diante do tribunal divino sem culpa. Por essa razão, buscavam a intervenção dos deuses para

que seus pecados fossem anulados e suas almas purificadas. O Capítulo CXXV do Livro dos Mortos tinha exatamente essa função: separar o pecador de suas faltas. O texto era copiado em papiros e depositado no sarcófago, geralmente entre as pernas da múmia, funcionando como uma espécie de declaração antecipada de inocência, garantindo que o julgamento transcorreria da melhor maneira possível. (MONTET, 1989)

Esse procedimento revela uma concepção ritualística do perdão. Embora possa parecer que bastava negar por escrito as más ações para apagá-las da memória dos homens e dos deuses, a insistência com que o falecido proclamava sua pureza indicava algo mais profundo. A recusa em admitir qualquer culpa simbolizava a libertação do peso do pecado ainda em vida, permitindo ao indivíduo enfrentar a morte com serenidade e confiança na justiça divina. (MONTET, 1989)

O rito de julgamento descrito no capítulo CXXV apresenta-se em dois atos. No primeiro, o deus Osíris é invocado como exemplo de inocência. Dirigindo-se a Rá, ele recita trinta e seis fórmulas negativas, afirmando não ter cometido nenhum mal. Os fiéis, ao repetirem essas declarações, sentiam-se reconfortados, acreditando que a absolvição do deus garantia também a possibilidade de sua própria salvação. (MONTET, 1989)

No segundo momento, cada falecido recitava individualmente sua confissão negativa diante do tribunal divino. Em seguida, aproximava-se da balança do julgamento, onde se realizava a pesagem do coração. O coração, confeccionado em lápis-lazúli e gravado com o nome do falecido, era colocado em um dos pratos da balança, enquanto no outro se depositava a imagem da Maat, a deusa da verdade e da justiça. Quando os pratos se equilibravam, isso indicava que o indivíduo havia levado uma vida justa. (MONTET, 1989)

Ao alcançar esse equilíbrio, o falecido era proclamado “justo de voz”, recebendo o reconhecimento solene de sua inocência. Em seguida, era autorizado a retornar à sua morada eterna, com a certeza de que as portas do outro mundo permaneceriam abertas, garantindo-lhe a continuidade da existência na esfera divina. Esse ritual expressa, de forma simbólica, a profunda preocupação dos egípcios com a justiça, a ordem cósmica e a perpetuação da vida após a morte. (MONTET, 1989)

3.2. A preparação do túmulo

Com a consciência tranquila em relação ao julgamento divino, o egípcio podia dedicar-se à construção de sua “casa da eternidade”, ou seja, sua tumba, que representava não apenas um local de sepultamento, mas também a garantia de

continuidade da existência no além. Essa preparação era iniciada ainda em vida, especialmente entre os faraós, que, desde o início do Novo Império, passaram a construir suas tumbas na necrópole real do Vale dos Reis, situada a oeste de Tebas. (MONTET, 1989)

As tumbas reais apresentavam características monumentais e eram planejadas para proteger o corpo do faraó e os objetos que o acompanhavam na vida após a morte. Em contrapartida, as tumbas dos particulares possuíam uma estrutura distinta, dividida em duas partes principais. A primeira era o jazigo, escavado no fundo de um poço subterrâneo, destinado ao corpo do falecido. Após a deposição da múmia no sarcófago e a realização dos rituais finais, a entrada desse compartimento era cuidadosamente murada e o poço preenchido, de modo a preservar a integridade do local e evitar qualquer perturbação. (MONTET, 1989)

A segunda parte correspondia ao edifício superior, acessível aos vivos. Localizava-se acima do jazigo e possuía uma fachada voltada para um pátio, onde estelas eram expostas com inscrições que exaltavam as virtudes, feitos e serviços prestados pelo falecido. As paredes e pilares eram ornamentados com pinturas que retratavam cenas significativas de sua vida cotidiana, perpetuando sua memória e servindo como espaço para práticas cultuais realizadas pelos familiares e sacerdotes. (MONTET, 1989)

O sarcófago constituía o elemento central da mobília funerária, variando em riqueza e sofisticação conforme a posição social e os recursos econômicos do indivíduo. Complementando-o, havia um cofre de madeira ou pedra destinado a abrigar quatro vasos conhecidos como “canopos”, nos quais eram depositados os órgãos internos removidos durante o processo de mumificação. Cada vaso era protegido por uma divindade específica, assegurando a preservação e integridade espiritual do falecido. (MONTET, 1989)

Além disso, eram incluídas no sepultamento estatuetas funerárias, conhecidas como shabtis ou ushebtis, que representavam trabalhadores destinados a servir ao morto na vida após a morte. Essas figuras simbolizavam os auxiliares que realizariam tarefas agrícolas, como o cultivo dos Campos de Iaru (ou Campos de Ialu), uma representação paradisíaca do além, garantindo ao falecido uma existência tranquila e próspera. (MONTET, 1989)

As múmias gostavam de adornos, tanto quanto os vivos. Eis a lista do que era necessário à múmia de um rei ou de um grande personagem:

- A máscara, em ouro para o rei e os príncipes de sangue; em papelão ou gesso pintado para os particulares.

-Um colarinho formado de duas placas rígidas de ouro cloisonné, representando um abutre de asas abertas.

-Um ou vários colares de ouro, pedras ou pérolas de faiança, formado de várias fileiras de pérolas ou pequenos discos, com um ou dois fechos, às vezes munidos de um pingente de ouro e pedras calibradas, alguma vezes de faiança. Um ou vários peitorais com sua corrente. O motivo mais habitual era o escaravelho alado, ladeado por Ísis e Neftis, No verso do escaravelho gravava-se a célebre invocação ao coração “Ó meu coração, coração de minha mãe, coração de minhas diferentes idades, não te voltes contra mim como testemunha, não te oponhas a mim no tribunal, não faças pesar o prato em meu desfavor diante do guardião da balança, pois tu és o Ka que está em meu corpo, o deus Khnum que mantém meus membros intactos, Não deixes meu nome cheirar mal... Não digas mentiras contra mim diante do deus”.

- Outros escaravelhos alados ou não, gravados , mas sem moldura, corações de lápis-lazúli providos de uma corrente e gravados com o nome do defunto

- Braceletes flexíveis e rígidos, ocos ou maciços, para os punhos, braços, coxas e tornozelos.

- Dedeiras para os dedos das mãos e dos pés

- Anéis para cada dedo

- Sandálias

- Amuletos e estatuetas de divindades, que seriam suspensos ao pescoço ou presos ao peitoral (MONTET, 1989)

Além dos elementos fundamentais do sepultamento, como o sarcófago, vasos canopos e estatuetas funerárias (shabtis), era comum que se depositassem na tumba amuletos e estatuetas de divindades, que tinham função protetora. Esses objetos eram frequentemente suspensos ao pescoço do falecido ou fixados em seu peitoral, atuando como garantias mágicas contra perigos espirituais que ele poderia enfrentar na travessia para o além. (MONTET, 1989)

Adicionalmente, incluíam-se miniaturas de diversos artefatos, como bastões, cetros, armas e símbolos de autoridade real ou divina. A presença desses itens visava assegurar que o morto tivesse à sua disposição os instrumentos necessários para manter sua dignidade, poder e proteção na vida após a morte. (MONTET, 1989)

Essa prática reflete a concepção egípcia de que o além não era um espaço de repouso absoluto, mas um território repleto de desafios e perigos. O mundo dos mortos era visto como um lugar onde emboscadas e obstáculos espirituais eram constantes. Assim, acreditava-se que apenas por meio de preparação ritual minuciosa e da posse de objetos dotados de significado simbólico e mágico seria possível superar tais adversidades e alcançar a existência plena e segura na eternidade. (MONTET, 1989)

3.3. Mumificação

O período de luto no Egito Antigo durava aproximadamente setenta dias, durante os quais os familiares renunciavam a qualquer atividade cotidiana, permanecendo em casa em estado de prostração e silêncio. Caso fosse necessário sair, o rosto era coberto com lama como sinal de luto e respeito. Paralelamente, um dever urgente motivava os familiares: entregar o cadáver aos embalsamadores e decidir o método de mumificação a ser aplicado. (MONTET, 1989)

Existiam três métodos de embalsamamento, sendo o de primeira classe o mais elaborado e demorado. Nesse procedimento, o cérebro era removido e, com exceção do coração, todos os órgãos internos eram retirados, preparados separadamente e armazenados nos quatro vasos canopos, cada um destinado a um órgão específico. Após uma dupla limpeza, os órgãos eram perfumados e o corpo era salgado com natrão, substância que auxiliava na conservação. (MONTET, 1989)

Após o período de setenta dias, o corpo era lavado e envolto em faixas de linho, aplicadas com goma. A mumificação exigia o uso de pelo menos quinze produtos diferentes, incluindo cera de abelha, utilizada para cobrir as orelhas, olhos, nariz, boca e a incisão realizada pelo embalsamador. Concluído esse processo, a múmia apresentava-se como um esqueleto revestido de pele ressecada, embora o rosto permanecesse parcialmente reconhecível. (MONTET, 1989)

Em seguida, iniciava-se a fase de enfeite e adorno da múmia. Colares, peitorais e amuletos eram cuidadosamente posicionados sobre o corpo. A ferida decorrente da remoção dos órgãos era coberta com uma placa de ouro, sobre a qual se gravava ou incrustava o Olho Udjat e os quatro protetores dos vasos canopos. Um exemplar do Livro dos Mortos, guia indispensável para a vida após a morte, era colocado entre as pernas do falecido. Por fim, a múmia era enfaixada e recebia a máscara funerária, completando o ritual e garantindo ao defunto proteção e dignidade para sua existência no outro mundo. (MONTET, 1989)

4. LIVRO DOS MORTOS

Quando se aborda o Livro dos Mortos, é comum que se imagine a existência de grandes rolos de papiro ricamente ilustrados, como o célebre Papiro de Ani. Todavia, o emprego da designação moderna “Livro dos Mortos” revela-se impreciso e potencialmente enganoso, uma vez que o conjunto de textos assim denominado apresenta uma natureza muito mais diversificada e complexa. (SCALF, 2017)

Na realidade, o Livro dos Mortos não pode ser entendido como um “livro” no sentido contemporâneo do termo, seja no que se refere à sua estrutura narrativa, seja quanto ao seu formato físico. Os livros modernos, compostos por páginas encadernadas, são herdeiros do formato denominado códice, no qual suportes como pergaminho ou papiro eram dobrados e cortados, produzindo páginas opostas entre si (CLEMENS; GRAHAM, In: SCARLF, 2017). Esses agrupamentos de páginas eram reunidos e costurados ao longo da dobra, formando o chamado “bloco do livro”, que, por sua vez, recebia uma capa de madeira ou couro destinada à proteção do conteúdo interno. (SCALF, 2017)

No contexto egípcio, o formato de códice somente se tornou comum após o século II d.C. Até então, e por um período subsequente, a forma predominante de registro escrito era o rolo de papiro. A produção de um rolo de papiro consistia em um processo artesanal e laborioso. Primeiramente, colhiam-se hastes longas da planta, que eram cortadas, aparadas e batidas com um malho, originando tiras finas. Essas tiras eram dispostas lado a lado, no sentido longitudinal, e novamente comprimidas, de forma que a resina natural do papiro funcionasse como agente de coesão. Esse procedimento resultava em uma folha fina, porém frágil, inadequada para a escrita. Para aumentar sua resistência, aplicava-se uma segunda camada de tiras sobre a primeira, em ângulo perpendicular, gerando uma folha firme e estável. (SCALF, 2017)

A face na qual as fibras se dispunham horizontalmente era considerada a frente, sendo usualmente utilizada para iniciar o texto, pois a escrita seguia a orientação natural das fibras. Já o lado em que as fibras se encontravam na vertical era denominado verso, sendo caracterizado por receber a escrita contra a direção das fibras. A confecção dessas folhas seguia padrões relativamente uniformes, dependendo da época e da região de produção. Para formar o rolo, as folhas eram unidas por sobreposição das bordas, frequentemente reforçadas por tiras adicionais de papiro. (SCALF, 2017)

No caso dos manuscritos do Livro dos Mortos, era comum que o rolo fosse preparado previamente, para que, posteriormente, fossem inseridos o texto e as ilustrações. Em outros exemplares, como o Papiro de Ani, observa-se que as folhas eram primeiro inscritas e ilustradas individualmente e, apenas em seguida, reunidas para formar o rolo. (SCALF, 2017)

A elaboração dos textos e imagens poderia ser realizada por um único escriba ou por uma equipe. Esses rolos cumpriam função semelhante à dos livros modernos: registrar, preservar e armazenar informações. Geralmente, eram enrolados para

conservação, sendo comum a adição de uma folha em branco na extremidade externa, destinada à proteção do início do texto. Assim como os manuscritos medievais, cada exemplar do Livro dos Mortos era único e produzido artesanalmente. Não existiam cópias idênticas, embora os manuscritos oriundos de um mesmo ateliê funerário compartilhassem características visuais e textuais semelhantes. (SCALF, 2017)

O título “Livro dos Mortos” não corresponde a uma denominação da Antiguidade, mas a uma expressão moderna, derivada do termo alemão Totenbuch, empregado no século XIX. É possível que essa nomenclatura tenha sido influenciada pela expressão árabe kutub al-umwat, que significa “livros dos mortos” e era utilizada por habitantes locais para designar papiros encontrados em sepulturas (QUIRKE, In: SCARLF, 2017).

Na tradição egípcia, o conjunto era denominado “Livro para Sair à Luz do Dia” ou “Feitiços para Sair à Luz do Dia”. O conceito de “sair à luz do dia” relacionava-se à alma, chamada ba, que possuía a capacidade de deixar a tumba, emergir para a luz solar e acompanhar o deus Rá em sua jornada celeste. (SCALF, 2017)

É importante destacar que esse título não correspondia a uma obra singular, mas a uma designação genérica atribuída a diferentes composições funerárias com funções semelhantes. Esse uso já se fazia presente antes do período ptolemaico e continuou a ocorrer posteriormente. Inclusive, alguns feitiços específicos dentro do Livro dos Mortos recebiam tal denominação, como os de números 1 a 3, 64 a 66 e 68. (SCALF, 2017)

Assim, o Livro dos Mortos não se configurava como uma narrativa linear, com início, desenvolvimento e conclusão. Tratava-se, antes, de uma compilação de textos independentes, denominados “feitiços”, termo presente tanto nas fontes antigas quanto na literatura acadêmica moderna. Em algumas publicações, esses feitiços também são referidos como “capítulos”, reforçando a analogia com a estrutura de um livro. (SCALF, 2017)

Cada feitiço constituía uma unidade autônoma, dotada de temática e organização próprias. Alguns eram extensos, como o Feitiço 17 (Book of the Dead 17, ou BD 17), enquanto outros eram extremamente breves, como o Feitiço dos ushabtis (BD 6). Em muitos casos, ainda que não de forma sistemática, esses textos eram acompanhados de ilustrações que orientavam a execução dos rituais funerários. (SCALF, 2017)

4.1. O Papiro de Ani

O Papiro de Ani, datado aproximadamente de 1275 a.C., constitui uma das mais notáveis versões do Livro dos Mortos do Egito Antigo. O manuscrito foi descoberto em Tebas e adquirido pelo Museu Britânico em 1888, integrando, desde então, o acervo da instituição. Ani, a quem o documento pertenceu, era descrito como “cuidador do viveiro duplo do senhor de Tawer”, função de caráter administrativo vinculada aos complexos templários e à gestão de recursos aquáticos. Sua esposa, Thuthu (ou Tutu), exercia a função de integrante do coro do Templo de Amon, evidenciando a inserção do casal em uma esfera social ligada às práticas religiosas e à administração do culto oficial. (BUDGE, s.d)

Com 23,5 metros de comprimento, o papiro representa um dos mais extensos exemplares conhecidos do Livro dos Mortos, reunindo mais de 60 capítulos ou encantamentos (spells). O documento é ricamente ilustrado por vinhetas policromáticas, que desempenham papel fundamental na narrativa visual, retratando as diversas etapas da jornada de Ani pelo Duat, o mundo dos mortos, em direção ao Campo de Juncos (Aaru), concebido como uma representação paradisíaca na cosmologia egípcia. A estrutura textual do papiro segue o padrão característico dessas composições funerárias: a maior parte do texto está redigida em tinta preta, utilizada para os discursos e fórmulas mágicas, enquanto a tinta vermelha é empregada para os títulos dos capítulos e as instruções rituais, conhecidas como rubricas, que orientavam os mortos no cumprimento adequado dos ritos necessários à sua salvação espiritual. (BUDGE, s.d)

O início do papiro apresenta Ani e sua esposa louvando o deus-sol Rá e Osíris, senhor e soberano do Duat, em um contexto que remete à preparação espiritual para a travessia do além. As vinhetas subsequentes ilustram rituais essenciais da tradição funerária egípcia, como a “pesagem do coração”, cerimônia na qual o coração do falecido é confrontado com a pena de Maat, símbolo da verdade e da justiça, e a “abertura da boca”, ritual destinado a restaurar os sentidos e a vitalidade do corpo mumificado. Além desses momentos, o papiro representa a procissão funerária de Ani, a deposição de seu corpo na tumba e o percurso simbólico que ele empreende, interagindo com diferentes divindades ao longo de sua jornada no Duat. (BUDGE, s.d)

A narrativa visual e textual culmina com a chegada de Ani ao Campo de Juncos, espaço de recompensa e plenitude, onde o falecido alcança a imortalidade e a comunhão com os deuses. Assim, o Papiro de Ani não apenas constitui um documento de relevância histórica e religiosa, mas também evidencia a complexidade das crenças

funerárias egípcias e a importância das práticas rituais na construção da memória e da eternidade do indivíduo na cultura faraônica. (BUDGE, s.d)

4.2. Morte, Memória e Vida Futura: Perspectivas no Egito Antigo

Nas civilizações antigas, as concepções sobre a morte eram heterogêneas e complexas, exercendo influência direta nas estruturas sociais, políticas, religiosas e filosóficas de cada grupo cultural. Diferentemente da perspectiva contemporânea, muitas vezes orientada por sistemas religiosos específicos ou por filosofias individuais, essas sociedades atribuíam à morte significados singulares, que se manifestavam em práticas cotidianas, rituais funerários e na própria organização social. (SILVA, 2025)

A morte não era compreendida apenas como um fenômeno biológico ou o encerramento da vida física, mas como um evento carregado de simbolismo, envolvendo narrativas míticas, crenças espirituais e representações coletivas acerca do destino da alma. Cada sociedade elaborava rituais, mitos e interpretações próprias que buscavam não apenas explicar a experiência do morrer, mas também regular a relação entre vivos e mortos, garantindo a continuidade da ordem social e espiritual. (SILVA, 2025)

Nesse sentido, a morte era concebida como uma passagem, um momento de transição que ultrapassava a dimensão material e se projetava em esferas metafísicas. Assim, compreender as formas pelas quais as antigas sociedades lidavam com a morte permite acessar visões de mundo complexas, nas quais vida, memória e eternidade se entrelaçavam, revelando como diferentes culturas buscavam dar sentido à finitude humana e estabelecer conexões entre o presente, o passado e o além. (SILVA, 2025)

A História emerge do resgate das memórias, não com o intuito de revivê-las literalmente, mas de recordá-las e narrá-las às gerações presentes e futuras. Essas memórias, carregadas de significados e experiências, constituem os alicerces sobre os quais se constrói a narrativa histórica, permitindo a compreensão de nossa trajetória coletiva e o aprendizado a partir do passado. Enquanto testemunhas do tempo, os indivíduos assumem a responsabilidade de preservar e transmitir essas lembranças, assegurando que a História continue a ser contada, interpretada e valorizada como uma fonte fundamental de conhecimento e de construção da identidade social e cultural. (SILVA, 2025)

A maior parte dos acervos arqueológicos egípcios está diretamente relacionada às concepções sobre a morte, oferecendo subsídios para a compreensão de como tais

crenças se manifestavam nos diferentes estratos sociais e no cotidiano da população. Esses achados demonstram que as práticas funerárias não se limitavam a rituais religiosos ou simbólicos, mas eram também elementos profundamente entrelaçados com as dimensões sociais, econômicas e culturais da vida diária no Egito Antigo, refletindo a integração da morte na organização e na experiência cotidiana da sociedade. (SILVA, 2025)

Para a sociedade do Antigo Egito, a morte era compreendida como uma transição para uma nova e eterna jornada, na qual a vida após a morte possuía realidade e significado equivalentes à existência terrena. Essa crença permeava todos os aspectos da cultura egípcia, influenciando profundamente suas práticas religiosas e funerárias, e estruturando rituais, normas e concepções simbólicas associadas à preservação da identidade e à continuidade da vida no além (BRANCAGLION, In: SILVA, 2025)

Para os egípcios, não se aplicam os conceitos de “humano” ou “pessoa” tal como os entendemos na contemporaneidade. A existência humana é concebida como mais do que a simples combinação de corpo e alma, categorias estas que, na cultura egípcia, assumem significados complexos e de difícil tradução. Na literatura acadêmica, é frequente a tentativa de aproximar esses conceitos aos elementos da tradição judaico-cristã, embora tais comparações sejam apenas aproximativas. (SILVA, 2025)

Os egípcios estruturavam o ser humano a partir de diversos componentes constitutivos, cada um possuindo função e importância específicas na vida e após a morte. Durante a existência terrena, esses elementos coexistem no indivíduo; entretanto, após a morte, eles se separam. Para que o falecido pudesse atingir o estado de akh — condição de existência glorificada no além — era imprescindível a reunião e harmonização desses componentes (RIBEIRO, In SILVA, 2025)

Essa recomposição ocorria por meio de rituais funerários, com destaque para a preservação do corpo, que funcionava como ponto central para a união dos elementos do ser. O egiptólogo Jan Assmann denomina esse processo de separação dos componentes humanos de dissociação, descrevendo a complexidade das concepções egípcias sobre a vida, a morte e a continuidade da existência espiritual. (ASSMANN. In: SILVA, 2025)

Nesse contexto, pode-se afirmar que a memória constitui a base da vida após a morte no pensamento egípcio. A realização dos rituais mortuários pelos vivos assegurava não apenas a sobrevivência do falecido, mas também sua permanência ativa dentro da comunidade, como parte de um contínuo social e espiritual. Na ausência

desses rituais, o falecido era gradualmente esquecido, e é justamente nesse ponto que se manifesta o conceito de “segunda morte”. Diferente da morte física, a segunda morte ocorre quando a memória do indivíduo se extingue, simbolizando o apagamento definitivo de sua existência e de sua essência. Para os egípcios, preservar a memória equivalia, em termos práticos e simbólicos, a preservar a própria vida, enquanto o esquecimento representava o fim absoluto e a ruptura final com o mundo dos vivos. (SILVA, 2025)

Essa concepção está diretamente relacionada à simbologia do coração, discutida anteriormente, que registrava as memórias do indivíduo e desempenhava papel central no julgamento dos mortos durante a pesagem na balança. A incapacidade de passar nesse julgamento, com o consequente devoramento do coração, implicava não apenas a morte física, mas também a perda da existência espiritual, reforçando a estreita relação entre memória e sobrevivência no além. (SILVA, 2025)

Ademais, o pensamento egípcio estava estruturado em torno do conceito de “duplo”, entendido como uma forma de espelhamento, em que o bem e o mal coexistiam e se complementavam. Essa dualidade permeava não apenas a experiência humana, mas também a natureza das divindades egípcias, refletindo uma visão de mundo na qual forças opostas eram interdependentes, garantindo equilíbrio e continuidade tanto na vida terrena quanto na existência pós-morte. (SILVA, 2025)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se propôs a entender a relação entre a memória e eternidade tendo como fonte o Livro dos Mortos. Utilizando a metodologia de análise bibliográfica, dividimos o trabalho em quatro capítulos principais.

No primeiro capítulo, começamos com uma breve análise da fonte proposta, no intuito de contextualizar o leitor com relação a aquilo que nortearia a pesquisa, posteriormente comentamos sobre a questão da historiografia africana e seus valores, concluímos com uma breve conceitualização de palavras que seriam fundamentais para o entendimento de História e Memória.

No segundo capítulo, trouxemos uma contextualização histórica sobre a divisão dos períodos do Egito Antigo, trazendo um breve resumo das principais mudanças de cada etapa, com o intuito de evidenciar como cada fase possui sua particularidade, como suas crenças e rituais foram mutáveis ao decorrer dos anos, justificando o recorte temporal escolhido.

No terceiro capítulo iniciamos uma apresentação aprofundada sobre a questão dos rituais funerários no Novo Império, tema intrínseco a fonte escolhida. Trazer esse tema permite o entendimento de um ritual muito distante daquilo que temos na contemporaneidade.

No quarto capítulo, apresentamos um pouco de nossa fonte e a abordamos sobre a luz da memória e esquecimento.

Após a leitura atenta de toda a monografia, esperamos que o interessado tenha compreendido que, a memória é o cerne da vida dos seres humanos, independente do momento histórico em que o indivíduo se encontra. Para os egípcios, na fase do novo Império, havia um combate constante contra o esquecimento, para eles, o homem morria duas vezes, a primeira – morte física, a segunda – o apagamento de sua existência por meio do esquecimento.

Assim, para vencer essa luta, houve um desenvolvimento dos rituais e das artes funerárias, entre eles o Livro dos Mortos, que auxiliava o defunto nas provações da vida após a morte, assegurando que ele não se esquecesse de quem era e ser julgado pelos deuses de acordo com suas ações em vida.

Esse aspecto evidencia a relevância do estudo das mitologias antigas, uma vez que permite compreender como crenças e práticas religiosas exerceram impactos concretos sobre a história e a organização social, influenciando desde comportamentos cotidianos até a elaboração de estruturas culturais, políticas e espirituais duradouras.

Do ponto de vista educacional, torna-se evidente a relevância do estudo do tema proposto como forma de combater concepções racistas que desvalorizam ou negam a importância histórica dessas sociedades. Contrariamente a tais estereótipos, a civilização egípcia, milhares de anos antes de Cristo, já demonstrava notável desenvolvimento tecnológico, evidenciado pela construção de obras arquitetônicas duradouras, muitas das quais permanecem preservadas até os dias atuais. Além disso, a medicina egípcia apresentava avanços sofisticados, incluindo a realização de procedimentos cirúrgicos complexos, o que atesta um conhecimento anatômico e terapêutico avançado para a época.

6. REFERÊNCIAS

- ABU BAKR, A. O Egito Faraônico. In: KI-ZERBO, J. (Org.). **História Geral da África: África Antiga**. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. v. 2, cap. 2, p. 37-67.
- BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África**. v. 2. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 167-212.
- BRANCAGLION Jr., A. Manual e Arte e Arqueologia Egípcia. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003. (Série Monografias, 5). CD-ROOM.
- BUDGE, E. A. Wallis. O livro dos mortos do Antigo Egito. Coordenação e introdução de John Baldock. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras
- BUDGE, E. A. Wallis. O Livro dos Mortos: Antigo Egito. Tradução de Julia Fiuza. Barueri, SP: Camelot, 2022.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer — São Paulo: Ed. 34, 2006. 224 p.
- MATIAS, Keidy Narely Costa. O papiro de Ani: uma análise iconográfica através dos recursos do projeto MAAT. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/> Acesso em: 29 ago. 2024
- MONTEIRO, Beatriz Schneider. Em Busca da Imortalidade no Egito Antigo: as consequências do alargamento do post mortem na literatura funerária do Novo Império. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204313>. Acesso 05 nov. 2024
- MONTET, Pierre. **Os funerais**. In: **Egito no tempo de Ramsés**. São Paulo: Schwarcz, 1989. Cap. XII, p. 309-338.
- MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Acesso em: 12 de agosto de 2025. <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/107184/105723>
- RIBEIRO, Thiago Henrique Pereira. Encantamentos ameaçadores no Livro dos Mortos. In: ANAIS DA SEMNA - ESTUDOS DE EGIPTOLOGIA VI, 2019. p. 108-123. Acesso em: 29 ago. 2024.
- SCALF, Foy. **Book of the Dead: Becoming a God in Ancient Egypt**. Chicago: The Oriental Institute of the University of Chicago, 2007.
- SILVA, Helinny Laurany Machado da. **Do Kemet ao Duat: memória e vida futura nos Capítulos para sair à luz do dia**. 2025. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) -- Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2025.

SOUSA, Luana Neres de; SANTOS, Bruna de Oliveira. Morte e religiosidade no Egito Antigo: uma análise do Livro dos Mortos. *Revista Mundo Antigo*, [s.l.], v. V, n. 11, p. 111-123, 2016. Acesso em: 29 ago. 2024.

7. FONTE

MUSEU BRITÂNICO. Papiro de Ani. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/Y_EA10470-3. Acesso em: 29 ago. 2024.